

Bom dia. Agradeço pela oportunidade de participar deste evento.

*Seus idealizadores tiveram verdadeiro lampejo de inteligência. É mistér elevarmos um pálio sobre esse movimento, para que possamos forjar novos, augustos e garbosos cidadãos: grandes cidadãos isentos de labéus; cidadãos plenos de louções e louros; cidadãos que, com atitudes plácidas, garantam-nos, de modo impávido, um porvir sem grilhões e cheio de esplendor.*

Fiz questão de começar minha fala com esse estilo gongórico e ridículo, para lembrar que é com esse estilo ridículo e gongórico que, até hoje, cantamos o Hino Nacional brasileiro.

Em 2022 estarão se completando 200 anos da Independência do Brasil, e 100 anos da Semana de Arte Moderna. Mas não só isso. Em 2022 estarão também se completando 100 anos da adoção oficial da letra gongórica e ridícula que Osório Duque Estrada escreveu para o Hino Nacional.

Em 1988, durante a Assembleia Nacional Constituinte, a palavra de ordem era: “Vamos passar a limpo o Brasil”. Acho que essa palavra de ordem não era novidade. Em muitos momentos da História do Brasil essa palavra de ordem foi lançada. Creio que existirão vários outros momentos em que a lançaremos. Ou seja, parece que nosso país vive num eterno rascunho: passam-se as décadas, os séculos e estamos sempre querendo que o Brasil seja passado a limpo.

Evidentemente, muitos de nós achamos que a operação lava-jato e a nova legislação eleitoral vai passar o Brasil a limpo. Todos nós pensamos que em 2022 passaremos o Brasil a limpo. Não custa nada sonhar. É assim que mantemos viva a chama da utopia.

Voltemos à Constituinte de 88. Em 9 de agosto de 1987, quando a Assembleia Constituinte começou a ser instalada, o Jornal do Brasil publicou um artigo meu intitulado “A fantasia não triunfal”. No texto eu sugeria ao Ministério da Educação que fosse promovido um concurso nacional, entre compositores e poetas, para a criação de um novo Hino Nacional. No artigo eu chamava a atenção para o fato de que o país com que sonhamos deveria estar retratado no novo Hino. Seria um Hino singelo e poético, sem demagogias e sem patriotadas. O novo Hino deveria ser como a Constituição que queríamos. Seria conciso. Falaria patrioticamente, de modo curto e grosso, sobre a nossa realidade de nação festeira e esperançosa. O novo poema não falaria do Ipiranga, pois o brado retumbante continuava entalado na garganta de todos nós. O novo Hino haveria de cantar o impávido colosso sem pessimismos e sem mentiras.

Segundo a minha proposta, o novo poema deveria ter, no máximo, duas estrofes. Eu acrescentava: “Em tempo de extinção de espécies não há porque se afirmar que nossos bosques têm mais vida. Que nosso símbolo continue a ser o lábaro estrelado, e com mais estrelas, mas que o verde-louro desta flâmula diga: paz no futuro e glória no futuro. Aliás, melhor seria que os poetas concorrentes fizessem letras sem lábaros, raios fulgidos, gigantes impávidos e clavas fortes, pois a maioria do nosso povo não tem dinheiro para comprar dicionários.” E eu prosseguia: “Necessitamos de um poema simples, breve e belo, que, com melodia bela, fácil e não banal, faça com que a massa se agite ao som de um canto novo, exaltando a paz, o trabalho, a justiça e os direitos humanos, acabando com a sonolência do berço esplêndido.”

Nosso primeiro hino nacional foi aquele que, hoje, é conhecido como Hino da Independência (“*Já podeis da pátria filhos...*”). Foi composto por D. Pedro I, com letra de Evaristo da Veiga. Segundo consta, o imperador escreveu esse hino durante a viagem a São Paulo, onde foi cantado na Casa da Ópera na celebração do fato ocorrido no Ipiranga. Tudo no mesmo dia 7 de setembro de 1822. D. Pedro I gostava de compor hinos. Um dos hinos escritos por ele foi adotado como Hino de Portugal até 1910.

A abdicação de D. Pedro I trouxe um novo hino, que celebrou justamente a sua queda. D. Pedro I tinha 32 anos de idade. Já totalmente desprestigiado pelo povo, partiu para a Europa com a Imperatriz. O povo festejou. Os jornais noticiavam a partida do indesejável ex-imperador com manchetes: “O dia de júbilo para os amantes da liberdade”; “A queda do tirano”; “Memorável Dia da Abertura das Câmaras Legislativas”.

O Hino de D. Pedro I passou a ser um “cântico proibido”. Para celebrar a deposição de D. Pedro I, o compositor Francisco Manuel da Silva compôs o “*Hino ao Grande e Heróico Dia 7 de Abril de 1831*”. É a música que cantamos até hoje. Claro que, na época, tinha outra letra: um poema escrito por Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. Ou seja, a música que cantamos até hoje tem 85 anos e foi cantada, ao longo das décadas, com várias letras.

Assim, o “Hino ao Sete de Abril”, foi escrito para festejar a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, em favor de seu filho menor, D. Pedro II, que à época tinha 5 anos de idade. Foi a histórica Regência Trina, Provisória.

Nas doze estrofes do longo hino desfilavam uma série de versos que agrediam o ex-colonizador português. Um dos versos dizia: “*Os bronzes da tirania já no Brasil não rouqueijam*”. Outro verso dizia: “*Arranquem-se aos nossos filhos, nomes e ideias de lusos*”. E mais

adiante: “Os lusos são homens bárbaros, gerados de sangue judaico e mouro.”

Em 1840, na maioria e coroação de D. Pedro II, a música recebeu nova letra, do mesmo Ovídio Carvalho.

Com a Proclamação da República, em 1889, o Hino Nacional passou a ficar sem letra. O poema que era cantado na época, louvava a figura do Imperador:

Quando vens faustoso dia  
Entre nós raiar feliz.  
Vemos em Pedro Segundo  
A ventura do Brasil.

Negar de Pedro as virtudes  
Seu talento escurecer  
É negar como é sublime  
Da bela aurora o romper.

Exultai Brasil e o povo  
Cheio de santa alegria,  
Vendo de Pedro o retrato  
Festejado nesse dia.

Mas Dom Pedro II fora banido do Brasil com toda a família imperial. Não tinha cabimento ser cantado um Hino enaltecendo o imperador banido.

Mas a música continuou a existir. Ela era tocada por bandas militares e civis, mas sem letra. Entre 1890 e 1922 o povo, gozador, cantava o Hino com a seguinte letra:

Laranja da China,  
laranja da China,  
laranja da China.  
Abacate,  
limão doce  
e tangerina.

A letra que cantamos hoje foi escrita por Osório Duque Estrada. O presidente Epitácio Pessoa, no decreto nº 15.671, de 6 de setembro de 1922, oficializou a nova letra do Hino.

Estou me referindo à letra que diz:

“Ouviram do Ipiranga as margens plácidas de um povo heroico brado retumbante.”

Essa primeira frase do Hino atual é um mistério para muita gente. Poucos entendem que, o que se quer dizer é:

“As margens plácidas do Ipiranga ouviram brado retumbante de um povo heroico.”

Assim, não só o palavreado empolado predomina. As frases em forma indireta também complicam o entendimento da letra do Hino.

O hino de Francisco Manuel da Silva mudou de letra várias vezes, sempre com atos de cima para baixo por imperadores e ditadores.

Ideal será que, em 2022, ao comemorarmos os 200 anos da Independência e os 100 anos da Semana de Arte Moderna, seja promovido um concurso para criação de um novo Hino Nacional, um novo brasão e uma nova bandeira do Brasil.

Tem sentido, em pleno século XXI, termos o lema positivista “*Ordem e Progresso*” escrito em nossa bandeira? Tem sentido, em pleno século XXI, termos nas Armas da República, ramos de café e de fumo? Entendo que devemos tentar sensibilizar os artistas plásticos e os especialistas em heráldica, para que adotemos uma nova bandeira e um novo brasão.

O meu artigo no Jornal do Brasil, publicado em 1987, pedindo ao governo a promoção de um concurso para o novo Hino Nacional, teve muita repercussão entre intelectuais, militantes políticos e produtores culturais. Mas não sensibilizou o governo.

Assim, eu resolvi, com apoio da Universidade de Brasília, promover o concurso. A imprensa repercutiu bastante a proposta, provocando grande reação nacional. A ideia era escolher uma nova letra que seria por mim musicada.

A minha estratégia era a de fazer nascer um novo Hino Nacional, de baixo para cima. Ou seja: escolhido uma letra, por meio de um concurso, eu comporia a música e realizaria uma gravação com o coro e a orquestra da Universidade de Brasília. Após a divulgação por todos os meios, tentaríamos fazer o povo cantar o novo Hino durante atos populares nas vésperas da promulgação da nova Constituição.

Era uma estratégia um tanto revolucionária e utópica. Mas valia a pena o sonho de implementá-la.

O edital do concurso não era um simples edital: era também um verdadeiro manifesto de contestação.

Um de seus itens determinava que o poema concorrente deveria ter apenas duas estrofes, mas com a proibição de uso das seguintes 67 palavras: matar, esmagar, triunfar, lutar, destruir, vencer, conquistar, guerra, luta, manchar, marchar, lidar, vingar, batalha, combate, ataque, armas, espada, canhões, guerreiro, clarins, batalhões, herois, fragor, tumba, heroico, terror, retumbante, tirania, brado, vingança, escravos, desafio, grilhões, idolatrada, fulgor,

coragem, glória, furor, gigante, clava, colosso, vitória, grandeza, gritos, poder, morte, valente, vitorioso, glorioso, orgulhoso, fulgente, sagrado, valoroso, aguerrido, poderoso, viril, impávido, intrépido, forte, dever, esplêndido, altivez, garbo, bravo, sangue e túmulo.

Inscreveram-se cerca de 100 letras, enviadas por mais de 90 poetas de todo o Brasil. Formamos um júri com poetas de Brasília e professores de literatura da UnB, entre eles os poetas Cassiano Nunes, TT Catalão e Ézio Pires.

O juri selecionou 12 poemas que, transformados em grandes posters, foram colocados em exposição na Biblioteca da Universidade de Brasília. Durante duas semanas a exposição ficou aberta ao público, que dispunha de uma urna para votação. O mais votado foi o poema do poeta Reynaldo Jardim.

Fiz a música para o poema vencedor. Gravamos e filmamos a execução do novo hino com a orquestra e o coro da UnB. O novo hino foi amplamente divulgado pela grande imprensa, e pela televisão.

No dia 7 de agosto de 1988 um fato fez com que eu desistisse de toda a estratégia de divulgação do hino. Eu me recolhi. Recebi uma carta anônima, sem indicação de remetente, vinda do Rio de Janeiro. Dentro do envelope havia um recorte de jornal. Tratava-se da página número 10 do jornal “Letras em Marcha”, um jornal interno do Exército.

No recorte, estava um artigo assinado pelo Coronel Artilheiro Sillas Bueno, intitulado “*Em defesa do Hino Nacional*”. No texto o coronel relata, passo a passo, toda a minha campanha pela mudança do Hino: desde o primeiro artigo no Jornal do Brasil em 1987, passando pelas entrevistas que dei sobre o assunto em programas de Amaury Junior e de Clodovil, até a minha ideia futura de realização de atos populares na rua. O articulista pedia, no final do texto, que o Exército e as demais Forças Armadas passassem a dar atenção às ações do subversivo e perigoso maestro Jorge Antunes, acionando seus órgãos de inteligência e de comunicação.

É difícil mudar os símbolos nacionais? Seria necessária uma Emenda Constitucional? A resposta é “não”. Passo a narrar, aqui, importante passo dado na elaboração da Constituição de 1988.

Naquele ano, nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, a Comissão de Sistematização escreveu no artigo 22 de seu projeto: “*A língua oficial do Brasil é o português, e são símbolos nacionais a Bandeira, o Hino, o Escudo e as Armas da República, adotados na data da promulgação da Constituição.*”

Se o artigo constitucional ganhasse essa redação, estaríamos condenados a ter eternamente, como Hino Nacional, aquele que ainda hoje vigora: aquele que diz sermos um impávido colosso deitado

eternamente em berço esplêndido. Para mudar o Hino ou a bandeira, seria necessário fazer mudanças na Constituição. Repito o que dizia o projeto da Comissão de Sistematização: : ... são símbolos nacionais .. os adotados na data da promulgação da Constituição”.

Eu tinha um grande amigo que integrava o Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados: o jornalista, poeta e escritor Clóvis Sena. Graças a ele eu tive condições de, pessoalmente, conversar sobre o assunto com vários dos Constituintes. Foi assim que consegui a assinatura de três deputados para a apresentação de uma Emenda Supressiva. O requerimento foi assinado pelos constituintes Wagner Lago, José Costa e José Genuino e tinha o seguinte teor:

*Requeiro, nos termos do artigo 7º da Resolução nº 3, de 1988, destaque para supressão, no “caput” do artigo 15 do Projeto de Constituição, da expressão “... já adotados na data da promulgação desta Constituição”.*

A justificativa do pedido de emenda supressiva foi a seguinte:

*“A sociedade brasileira começa a discutir a questão da mudança ou modificação do Hino Nacional. O assunto tem sido objeto de discussão entre poetas, músicos, educadores e filólogos. A atual letra do Hino foi adotada oficialmente em 1922, por ocasião dos festejos do Centenário da Independência. Nos últimos 156 anos o Hino Nacional sofreu 5 modificações.*

*A segunda parte do texto do artigo 16 do Projeto de Constituição (“já adotados na data da promulgação desta Constituição”) inviabiliza, de modo autoritário, de cima para baixo, qualquer possibilidade de mudança.*

*É necessário permitir que a sociedade brasileira discuta a questão, sem que a eventual mudança de símbolos nacionais seja considerada inconstitucional.”*

A emenda foi aprovada em plenário, por unanimidade.

Assim, a Constituição de 1988 estabelece no parágrafo 1º do artigo número 13: “*São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.*”

A Constituição Brasileira não determina qual é o hino e como é a bandeira. Os símbolos nacionais são estabelecidos por meio de lei ordinária.

Foi graças a essa abertura constitucional acerca dos símbolos da República, que foi possível acrescentar mais uma estrela na bandeira para representar o novo estado do Tocantins, sem qualquer problema e sem qualquer emenda constitucional.

Acredito que em 2022 a História estará registrando este ano de 2016 –este nosso momento–, como uma desastrada e mal sucedida tentativa de golpe parlamentar. O ano de 2022 será, então, um momento de discussão sobre nossa identidade. Reconhecidas as mudanças e a nova identidade do povo brasileiro, será o momento de revermos e reestabelecermos nossos símbolos.